

## **“Ter” ou “fazer” o gênero: O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social**

*Maria da Conceição Nogueira*

A categoria Gênero criada em meados dos anos 70 nas ciências sociais, tendo sido pensada no sentido da substituição do determinismo biológico associado ao termo sexo, cujos efeitos eram considerados nefastos para o conhecimento relativo *a, para e com* as mulheres, acabou, contudo, por não alterar substancialmente o “estatuto” das mulheres na psicologia e nas ciências sociais em geral, sendo inclusive considerada por muitas cientistas feministas, uma das categorias mais opressivas em psicologia (Nogueira, 2001a; 2001b).

A epistemologia experimental positivista tem sido considerada como uma das causas da manutenção de um conhecimento psicológico que, sob a aparência de uma pretensa neutralidade científica mantém a ordem estabelecida e por isso o estatuto menorizado das mulheres. Daí que o enquadramento teórico neste trabalho é essencialmente relativo às opções epistemológicas que condicionam as alternativas na psicologia, e na psicologia social.

As diferentes perspectivas teóricas críticas à psicologia tradicional, essencialmente positivista e realista, são frequentemente consideradas como pós-modernas, e apesar de haver alguma ambiguidade nesta designação, para efeitos práticos assim serão consideradas aqui. Também para a construção de uma psicologia diferente é necessário um referente epistemológico distinto. O pós-modernismo em geral, e as perspectivas construcionistas sociais e discursivas, da psicologia crítica e especificamente para este assunto em particular, da psicologia feminista crítica são fundamentais e apresentam-se como epistemologicamente alternativas, devido à sua concepção acerca do que é o conhecimento.

Os debates iniciados pelo pós-modernismo, e as diferentes perspectivas que na psicologia são agora consideradas, têm implicações fundamentais para a forma como se conceptualiza o gênero. Depois de sistematizados os pressupostos destas perspectivas e apresentada a emergência de novas realidades e recursos de ação, analisar-se-á como o gênero pode ser concebido nestas novas abordagens, fazendo-se uma breve

reflexão sobre a problemática do relativismo nestas perspectivas. Apresentar-se-á uma perspectiva pós-moderna (não radical), anti-essencialista, construcionista social e discursiva do gênero: o gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói, se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos. Terminamos apresentando as alternativas e estratégias necessárias a uma psicologia feminista, que tem pela frente um conjunto de questões que representam desafios estimulantes para o debate que urge continuar.

Existem diferentes argumentos a favor e contra a teorização pós-moderna feminista, mas o que é interessante notar é que o que está frequentemente em causa e em jogo nesses argumentos é o próprio estatuto do conhecimento, o que nós atribuímos acerca do ser humano ou mais especificamente ao que é ser “humano” e ser “mulher”. Estas são implicações epistemológicas e estes debates epistemológicos têm implicações para a prática de uma psicologia feminista (Hepburn, 2003).

Ter ou fazer gênero são por isso duas possibilidades antagônicas que pressupõem posicionamentos epistemológicos distintos e por isso, duas formas de compreender o mundo.

Falar de conhecimento e assumi-la como algo de pertença individual tem sido a marca das ciências sociais e da psicologia desde os seus primórdios. No entanto, existem no presente, maneiras diferentes e antagônicas de considerar o conhecimento. O relativismo e as teorias pós-modernas do conhecimento veem desafiar o positivismo e o realismo enquanto posições epistemológicas para as ciências sociais (Hepburn, 2003). Na psicologia social o início deste movimento para posições alternativas relativas ao conhecimento começou com a designada “crise da psicologia social” nos anos 60 (Gergen, 1985; Jesuíno, 1993; Soczka, 1993), especificamente ao processo de descontentamento com o programa empiricista positivista da acumulação de conhecimento (Gergen, 1994). Crise ao nível epistemológico devido à pressuposição epistemológica de que o “indivíduo está no centro de todas as coisas” e por isso deve ser a principal unidade de pesquisa e análise (Augoustinos & Walker, 1995; Pepitone, 1981). Esta individualização da psicologia social é largamente atribuída à junção das forças da experimentação e do positivismo que acabaram por dominar a disciplina, mascarando-a de uma respeitabilidade científica. Segundo Farr (1989), foram essas forças que levaram também à

diminuição do interesse pelos fenômenos coletivos que tinham interessado os primeiros psicólogos como Wundt e Ross.<sup>1</sup> Mas este desencanto, mais de epistemologia do que de confiança (Augoustinos & Walker, 1995) terá tido poucos frutos, já que segundo Gergen (1994) os psicólogos sociais rapidamente saíram do descontentamento e voltaram ao cotidiano, continuando a fazer as suas pesquisas habituais, de forma que o conteúdo das questões nunca foi devidamente debatido.

No entanto, nas duas últimas décadas, começou a surgir uma segunda cultura acadêmica, variada nas origens mas unida no ceticismo face ao projeto empiricista para as ciências sociais e humanas. Especificamente na psicologia a visão do conhecimento como algo de pertença individual, é colocada em questão por formas alternativas de concepção do conhecimento (Hepburn, 2003), sendo o pós-modernismo, o movimento intelectual impulsionador desse criticismo face à modernidade (Burr, 2003).

O pós-modernismo, enquanto movimento intelectual geral, coloca desafios sem fim, rejeita suposições epistemológicas, refuta convenções metodológicas, resiste às pretensões do conhecimento, obscurece todas as formas de verdade. Tem versões mais radicais e outras mais moderadas, mas quer umas quer outras, representam um grande desafio para o conhecimento estabelecido no século XX (Rosenau, 1992). Como diz Jane Flax (1990) “algo se está a passar”, já que um conjunto de alterações cultural tem mudado significativamente as nossas condições de vida, mudanças que necessitam ser nomeadas, descritas e compreendidas.

De uma forma geral, e independentemente da psicologia enquanto ciência, o pós-modernismo representa o questionar e a rejeição dos pressupostos fundamentais do modernismo, o movimento intelectual que o precedeu, tendo incorporado muitas das ideias intelectuais e artísticas que tinham surgido de forma desconexa desde o tempo do Iluminismo<sup>2</sup> (Burr,

---

<sup>1</sup> Esses psicólogos acreditavam que fenômenos culturais como a linguagem, os mitos, a religião e o nacionalismo, por exemplo, não podiam ser reduzidos a um nível de análise individual. Wundt acreditava mesmo que esses fenômenos não podiam ser adequadamente estudados pela tradição experimental.

<sup>2</sup> O projeto Iluminista procurava a verdade, a compreensão da verdadeira natureza da realidade através da aplicação correta da razão e da racionalidade, sendo a ciência e os

1995). Rejeita as ideias de verdade última, de estruturalismo (a ideia de que o mundo como o vemos é o resultado de estruturas escondidas), de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989) e ao mesmo tempo enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações, muitas vezes referindo-se a pluralismo (Smart, 1993). Rejeita também a noção de que, através da aplicação de uma grande teoria ou metanarrativa, a mudança social dependa da descoberta, e posterior alteração, das estruturas subjacentes da vida social. A própria palavra “descobrir” pressupõe uma realidade estável e existente que pode ser revelada através da observação e da análise (Burr, 1995).

Para Ibañez (1994) na psicologia é o Construcionismo Social a escola que melhor se adequa ao pensamento pós-moderno. Pode considerar-se o Construcionismo Social um uma orientação teórica resultante dos posicionamentos alternativos críticos e radicais desenvolvidos essencialmente nos EUA e na Inglaterra nos últimos 20 anos e que pode incluir perspectivas como a “Psicologia Crítica”, a “Psicologia Discursiva”, a “Análise do Discurso” ou o “Pós-estruturalismo” (Burr, 2003).

Segundo Parker (1998) assiste-se a um interesse crescente nas perspectivas construcionistas sociais de uma forma geral e nas abordagens que localizam os fenômenos psicológicos no discurso, de uma forma particular (Gergen, 1985; Harré & Gillett, 1994; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987). Este interesse parece representar um movimento reflexivo e crítico da psicologia social tradicional positivista, no sentido de uma valorização da construção social, histórica, cultural e politicamente comprometida da experiência humana. A atratividade destas novas perspectivas reside essencialmente nas suas promessas libertadoras, dado o seu criticismo face ao positivismo exacerbado da disciplina com o assumir do essencialismo psicológico (Burr, 1995; 1998b). Assumir a construção social dos fatos psicológicos através de meios humanos torna possível imaginar uma reconstrução dos mesmos de formas mais atrativas e

---

indivíduos (em vez de Deus) o foco das questões da verdade e da moralidade. Esta procura da verdade baseava-se frequentemente na ideia da existência de regras ou estruturas profundas e enraizadas, que um método rigoroso e “correto” possibilitaria descobrir (Burr, 2003).

libertadoras, e a um nível social amplo (Burr, 1998b). Esta ideia não implica assumir uma possibilidade ilimitada de alternativas, nem uma simplificação na decisão de dispensar discursos opressores. Contudo, parece tornar possível pensar, não só em indivíduos que reconstróem aspectos de si próprios, mas também no repensar de um conjunto das categorias sociais como o gênero, a sexualidade, a raça, a deficiência ou a doença (idem, 1998b).

O Construcionismo Social oferece também uma leitura crítica da própria psicologia (Burr, 1998b), que se tem esforçado arduamente por se proclamar como apolítica (Rose, 1990). Esta proclamação de neutralidade política é em si mesma altamente comprometedora do ponto de vista ideológico e político, precisamente porque acaba por legitimar as práticas sociais que poderiam ser questionáveis, porque as representa como derivando de fatos psicológicos ou sociais livres de valor (*value-free*). O Construcionismo Social questiona radicalmente esta ideia de fatos objetivos, ao mesmo tempo que caracteriza a disciplina e a prática psicológica como parciais, dominadas por valores e movidas por direitos adquiridos implícitos.

Apesar do próprio Construcionismo Social ter sido influenciado por outras disciplinas como a filosofia, a sociologia e a linguística sendo por isso multidisciplinar, é um termo quase exclusivo da psicologia. Como refere Danziger (1997) o Construcionismo Social é uma das áreas atuais da psicologia onde os autores se misturam: psicólogos associam-se a sociólogos, antropólogos, filósofos, etc. Existem ligações claras em algumas partes, mas será difícil que dois pesquisadores partilhem exatamente o mesmo conjunto de preocupações e de assunções básicas. Às vezes as ligações são mesmo muito superficiais já que existem autores que utilizam os mesmos termos de formas divergentes.

No entanto, apesar de não existir uma única definição de Construcionismo Social adequada para todos os autores, poder-se-á assumir que existem características partilhadas, algo em comum, ligando-os uma espécie de “parecença familiar” (Burr, 1995). Assim, pode-se livremente classificar de construcionista social qualquer abordagem que tenha na base um, ou mais, dos pressupostos fundamentais para uma ciência construcionista social (Burr, 1995; 2003; Nogueira, 2001a; 2001d).

### *Posição crítica face ao conhecimento fornecido como “verdade”*

O Construcionismo Social insiste que se tenha uma posição crítica face ao conhecimento disponível, às observações objetivas do mundo como sendo de “natureza” individual e não enviesadas. Surge como oposição ao positivismo e ao empiricismo nas ciências sociais tradicionais, a suposição de que a natureza do mundo pode ser revelada através da observação, e que aquilo que “existe” é aquilo que se percebe que existe.

Sugere que as categorias com as quais se apreende o mundo não se referem necessariamente a divisões “reais”. Um exemplo radical desta questão diz respeito ao gênero e ao sexo. As observações do mundo sugerem que existem duas categorias de seres humanos — homens e mulheres. Gergen (1992) questiona a necessidade de distinção entre masculinidade e feminilidade por não refletirem nenhuma realidade palpável e independente. Embora se tenha bem claro que existem diferenças nos órgãos de reprodução que estão presentes em muitas espécies, deve-se questionar o porquê dessa distinção ter sido sempre tão importante, para que o conjunto das categorias da personalidade se baseasse nela (homem e mulher) (Burr, 1995). Para além disso, tornamos cada vez mais conscientes do caráter “sombrio” destas categorias, quando se presencia cada vez mais, práticas de cirurgias para mudança de sexo e o debate acerca de como classificar (sem ambiguidade) as pessoas em homens e mulheres (Burr, 2003). A masculinidade e feminilidade numa dada cultura, categorias aparentemente “naturais” estão inevitavelmente ligadas ao gênero, de modo que o que representa ser homem ou mulher está construído sobre essa prescrição.<sup>3</sup>

### *Especificidade histórica e cultural*

Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de inter-relações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural.

---

<sup>3</sup> De forma absurda poderíamos igualmente dividir os seres humanos em altos ou baixos, por exemplo, e esta ser uma categoria tão central para as nossas vidas como é a categoria de sexo.

Para os construcionistas, as descrições e explicações não são nem motivadas pelo mundo como ele é, nem o resultado inabalável, firme ou estável de propensões estruturais genéticas dentro do indivíduo. Pelo contrário, elas são o resultado de uma ação humana coordenada. As palavras apenas possuem significado dentro de um contexto relacional. Elas são o resultado não da ação e reação individual, mas de ação conjunta, da coação (Shotter, 1993; Shotter & Gergen, 1989). Se, e como diz Bakhtin (1981. Cito Gergen, 1994), as palavras são inerentemente interindividuais, isto quer dizer que para conseguir inteligibilidade é necessário participar num padrão-relacional reiterativo ou, se suficientemente expandido, numa tradição.

Segundo o Construcionismo Social as formas como se compreende normalmente o mundo, as categorias e os conceitos que se utilizam são específicos de um tempo histórico e cultural (Burr, 1995; Gergen, 1985). Quer se compreenda o mundo em termos de homem ou mulher, vida urbana ou vida rural, passado ou futuro, tudo isso depende do “onde” e do “quando” do mundo em que se vive.<sup>4</sup> O conhecimento é relativo e dependente do tempo e da cultura, isto é, não só é específico a culturas particulares e períodos da história, como também é produto dessa cultura e história e dependente dos arranjos prevaletentes quer econômicos, quer sociais (Burr, 1995; 2003). As formas particulares de conhecimento que abundam numa determinada cultura são artefatos dela e não se deve assumir que determinadas formas de compreensão são necessariamente melhores (em termos de estarem mais próximas da verdade) do que outras.

### *O conhecimento é sustentado/mantido por processos sociais*

Determinada descrição do mundo ou do *self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às vicissitudes do processo social.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, a noção de infância teve mudanças importantes ao longo dos séculos. O que se considera hoje “natural” que uma criança faça mudou muito, assim como mudou aquilo que os pais esperam dela. Só muito recentemente as crianças deixaram de ser consideradas como adultos pequenos. A autora refere que não é necessário recuar muito (basta até Dickens) para nos apercebermos que a ideia de uma criança inocente e a precisar de proteção do adulto é realmente uma noção nova.

O conhecimento do mundo e as formas comuns de o compreender não derivam da natureza do próprio mundo em si mesmo (Burr, 1995). O conhecimento do mundo não provindo da natureza dele próprio, provém das construções das pessoas acerca dele (Burr, 2003). É através das interações diárias entre as pessoas no decurso da vida social que as nossas versões do conhecimento são fabricadas. Por isso, todo o tipo de interação social e particularmente, a linguagem, é de grande interesse para os construcionistas sociais (Burr, 1995). Os acontecimentos/acasos entre as pessoas no decurso da sua vida de todos os dias, são encarados como práticas durante as quais as versões partilhadas de conhecimento são construídas. O que se pensa ser a “verdade” (que varia quer histórica, quer culturalmente), isto é, as ideias correntes e aceites de compreensão do mundo, são apenas um produto, não da observação objetiva do mundo, mas do processo social e das interações nas quais as pessoas estão constantemente envolvidas.

Como o conhecimento e a ação social “caminham” juntos, o entendimento “negociado” do mundo pode tomar uma grande variedade de formas, e por isso pode-se falar de numerosas e possíveis “construções sociais”, onde cada construção pode convidar a uma determinada ação.

### *O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento*

A linguagem é algo de único nos seres humanos. Os animais comunicam entre si através de sons, marcas, gestos e posturas para assinalar perigo, ocupação do território, paradas sexuais, etc. Apesar desses comportamentos terem um significado que suscita respostas dos outros animais (luta, fuga, cópula, etc.), este significado é sempre fixo e estável e esta é a principal diferença em relação à linguagem humana (Burr, 1995).

O papel que a linguagem desempenha na perspectiva do Construcionismo Social é radicalmente diferente do que é assumido pela psicologia tradicional. A psicologia tradicional assume que a linguagem representa uma expressão fácil de compreensão do pensamento e não que aquela é uma pré-condição deste. Pensa-se na linguagem como um conjunto de “etiquetas” que podem ser escolhidas de forma a melhor descrever os estados internos (pensamentos e sentimentos). Naquela

perspectiva, a natureza da pessoa surge em primeiro lugar, sendo o papel da linguagem o de encontrar a forma de expressar essa natureza, ou seja, as pessoas usam a linguagem para dar expressão a algo já existente em si mesmas ou no mundo.

A ideia tradicional e assumida pelo senso comum da “linguagem como transparência” é questionada pelo Construcionismo Social, que não considera a linguagem um meio claro e puro através do qual os pensamentos e sentimentos se podem tornar acessíveis aos outros, ou uma espécie de “janela sem irregularidades no vidro” que possam distorcer a visão através dela. O uso da linguagem é uma forma de ação tendo por isso um caráter “performativo”. Quando as pessoas falam umas com as outras, o mundo é construído e por isso a linguagem não é apenas um veículo passivo para os pensamentos e emoções (Burr, 1995). A pedra base do Construcionismo Social é a insistência sobre a natureza partilhada dos códigos da linguagem, em constante mudança e variando nos seus significados em função dos contextos.

Se a forma de compreender o mundo não provém de nenhuma realidade objetiva, (antes das pessoas passadas ou presentes), isso representa que os indivíduos nascem num mundo onde já existem os campos conceptuais e as categorias usadas pelas pessoas numa dada cultura. As pessoas adquirem esses conceitos e essas categorias pelo uso da linguagem, que todos os dias se reproduz na cultura. Isto é, a forma como as pessoas pensam, os conceitos e as categorias que lhes permitem um campo de significados são fornecidos pela sua linguagem.

Para Hoffman (1992) os teóricos construcionistas sociais acreditam que as ideias, os conceitos e as memórias surgem do intercâmbio social e são mediatizadas pela linguagem. Todo o conhecimento desenvolve-se entre as pessoas, no mundo quotidiano.

### *Conhecimento e ação social caminham em paralelo*

Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida social e cultural. Estes conhecimentos ou entendimentos negociados entre as pessoas podem tomar uma variedade de formas e podemos por isso falar de possíveis e numerosas construções sociais do mundo. Mas cada construção pode convidar a uma forma particular de ação

(Burr, 2003). Por exemplo, ver o alcoolismo como algo da inteira responsabilidade individual implicaria o aprisionamento das pessoas que sob o seu efeito provocassem problemas. Vê-lo (ao alcoolismo) como uma forma de doença implica tratamento médico porque se pensa que as pessoas sob o efeito do álcool não são responsáveis pelas suas ações. A ação social apropriada para compreender o alcoolismo desta forma é oferecer tratamento médico e psicológico e não prisão. Descrições ou construções do mundo sustentam assim padrões da ação social e excluem outros. As nossas construções do mundo são por isso ligadas às relações de poder porque têm implicações para aquilo que é considerado permitido para determinadas pessoas fazerem e para fazerem umas com as outras.

Concluindo, o Construcionismo Social pretende sintetizar de várias formas todas as críticas já apresentadas, e mover-se para além da crítica, no sentido de uma descrição mais positiva do potencial científico. Sendo o conhecimento não o que se tem, mas o que se faz junto com outras pessoas, o objetivo da pesquisa construcionista desloca-se da natureza das pessoas ou da sociedade para as interações e para as práticas sociais daí resultantes (Gergen, 1994). Segundo Burr (1995), é essencialmente o seu caráter anti-essencialista, antirrealista, a pressuposição da linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de ação social e, o seu foco na interação e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem da psicologia mais tradicional.

Questionando os pressupostos do essencialismo e do humanismo a teoria construcionista social moveu o centro da atenção da pessoa para o domínio social. A psicologia nesta perspectiva torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos historicamente e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que “encaixada” num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente.

Esta “viragem para a linguagem” representada pela Psicologia Discursiva (Potter e Wetherell, 1987) e pela Análise Foucaultiana do Discurso (Parker, 1998), com o foco de atenção no discurso, tem facilitado uma descrição histórica do conhecimento psicológico (a forma como a psicologia está construída na cultura), uma crítica à prática psicológica

desafiando as suas proclamações de verdade, assim como uma transformação nas perspectivas metodológicas.

A popularidade da Análise do Discurso também lhe advém da possibilidade dos seus utensílios de pesquisa poderem ser usados para moldar uma prática política. A Análise do Discurso é usada para comentar os processos sociais que participam na manutenção das estruturas de opressão. Na psicologia, esta abordagem tem sido utilizada, por exemplo, para trabalhar o discurso racista (Potter e Wetherell, 1992), as práticas da maternidade (Llombart, 1995; Fidalgo, 2000), o discurso de mulheres em posições de poder (Nogueira, 1997) e todas as questões associadas ao feminismo (Wilkinson e Kitzinger, 1995).

É cada vez mais necessária a introdução da dimensão política numa disciplina que, como a psicologia social, deve responder ao pedido de relevância que provém dos sectores afetados pelas contradições existentes na ordem social (Oill, 1995; Llombart, 1995). Não sendo a única via, a Análise do Discurso pode servir este objetivo. A Análise do Discurso ao permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-las abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação, não os reproduzindo.

Avaliar os efeitos de um determinado discurso (de entre uma pluralidade de efeitos possíveis) constitui uma responsabilidade ético-política.<sup>5</sup> Esta posição pode apenas ser exercida se se tiver um compromisso de crítica face à ordem social dominante e não apenas numa crítica metodológica. Enfatizar as discussões e argumentações meramente metodológicas, sem um mínimo de crítica social diminui a possível repercussão pragmática dessa análise, acabando por manter apenas a ordem já estabelecida (Gill, 1995).

A viragem para perspectivas construcionistas e discursivas parece indicar, segundo Ibañez (1996), que a psicologia começa finalmente a abandonar algumas das “ingenuidades” herdadas da modernidade,

---

<sup>5</sup> Por exemplo, o poder político e o *status quo* são sustentados pela natureza contraditória e retórica dos discursos ideológicos. A força de uma posição ou perspectiva política não tem que ver com a coerência interna (Hepbur, 2003).

nomeadamente a crença na existência de uma “realidade” independente do nosso modo de acesso a ela e acreditar que a objetividade constitui um modo privilegiado de “ver a realidade tal como é”. Como consequência destas ingenuidades e essencialmente da adesão acrítica ao mito da objetividade, a psicologia enquanto ciência acaba por se restringir ao papel de simples cronista da realidade, desvinculando-se de toda a responsabilidade e compromisso. Acreditando na existência de uma realidade face à qual podem existir modos privilegiados de acesso, a psicologia acabou por aderir a uma ideologia que confere à razão científica um estatuto a-histórico, afirmando-se como uma potente retórica da verdade. “No entanto, Ibañez não propõe que vivamos num mundo sem verdades; sugere apenas que elas são sempre específicas e construídas a partir de convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade, o que quer dizer que são adequadas às finalidades que coletivamente são designadas como relevantes” (Spink e Freeza, 1999, pp.29, 30).

No entanto, depois dos primeiros anos de entusiasmo geral pelas perspectivas construcionistas e discursivas, começou progressivamente a assistir-se ao tomar de posições por vezes distintas, dentro destas novas abordagens, que justificam debate e esclarecimentos (Burr, 2003; Parker, 1998). Apesar de existirem várias possibilidades de pequenas diferenças e vários debates, parece-nos que uma diferença fundamental diz respeito às opções entre visões discursivas distintas (Burr, 2003), o grande debate se refere à problemática do relativismo (Burr, 1998b; Gill, 1995; Parker, 1998), mas uma asserção basilar é principalmente o anti-essencialismo.

#### *Uma diferença: micro e macro construcionismo social*

Disse-se anteriormente que o Construcionismo Social abarcava em si perspectivas comuns do ponto de vista epistemológico, mas distintas parcialmente em termos teóricos e metodológicos. Era o caso da Psicologia Discursiva versus Análise Foucaultiana do Discurso (frequentemente também designado por Análise Crítica do Discurso (Wetherell, Taylor e Yates, 2001; Wood e Kroeger, 2000), o que equivale a versões mais *light* e *dark* (Danzinger, 1997) ou *micro* e *macro* (Burr, 2003) Construcionismo Social.

A preocupação da Psicologia Discursiva consiste em estudar como as pessoas usam a linguagem nas suas interações quotidianas, os seus “discursos” uns com os outros e como são eficazes ao usar as suas competências linguísticas para construir versões de acontecimentos que por sua vez têm implicações poderosas para quem interage com elas. Tem a ver com as funções performativas da linguagem. Muito abreviadamente poder-se-á dizer que o Micro Construcionismo Social focaliza a força construtiva na interação entre as pessoas, enfatizando o processo de contínua construção do significado no diálogo quotidiano, não privilegiando particularmente as questões de poder. A construção social faz-se no discurso de todos os dias entre as pessoas em interação. As múltiplas versões do mundo estão potencialmente disponíveis através deste trabalho discursivo e construtivo e não há nenhuma possibilidade de alguém dizer que umas são mais reais que outras. A única realidade a que temos acesso é a esse texto e não temos possibilidade de reclamar um mundo real que existe para além dele. Assim, todas as proclamações de verdade são indeterminadas, promovem um ceticismo relativo ao conhecimento dado como verdade. Se as questões de poder são aqui referidas, são encaradas como um efeito do discurso, um efeito do fato de se ter “autorização a ter voz” nas interações (Gergen, 1994). Nos EUA, os autores mais conhecidos nesta perspectiva são o próprio Kenneth Gergen e John Shotter. Gergen focaliza-se na força construtiva da interação, enfatizando como o pensamento individual e a ação individual são atravessados pela força relacional. Shotter (1995) focaliza-se na análise conversacional, enfatizando o processo interpessoal e de carácter dinâmico da construção, a que chama de *joint action*. Os autores ingleses como Potter, Edwards, Ahsmore, Wetherell, Harré, frequentemente denominadas como o grupo de *Loughborough*, são os mais próximos desta perspectiva.

A Análise Foucaultiana do Discurso enfatiza o trabalho construtivo que as pessoas realizam para construir versões dos acontecimentos. Baseia-se essencialmente no trabalho do filósofo pós-estruturalista francês Michel Foucault. Preocupa-se como os sujeitos, vistos individualmente, se constroem através das estruturas da linguagem e através da ideologia, usando discursos (escrito, imagem visual, oral) que estão disponíveis para ser lidos, vistos ou ouvidos. O significado de um discurso é algo sempre indeterminado, em aberto e interacional. A “desconstrução, sendo a análise crítica dos discursos existentes” (Denzin, 1995, p.52) preocupa-se em

identificar os efeitos ideológicos e o poder dos discursos. Foucault argumenta que a maneira como as pessoas falam e pensam acerca das *coisas* — a maneira como estas são extensamente representadas na sociedade — trazem implicações para a maneira como as pessoas são tratadas. As nossas representações trazem consigo formas particulares de relações de poder. As nossas maneiras de falar e de representar o mundo através de textos escritos ou de imagens, por exemplo, constituem os discursos através dos quais experienciamos o mundo. Esta perspectiva enfatiza o poder construtivo da linguagem, mas vê-a derivada de, ou pelo menos relacionada, com estruturas sociais e materiais, relações sociais e práticas institucionalizadas. A concepção de poder é central — representa o cerne desta perspectiva.

Esta abordagem, influenciada por Foucault, influencia o trabalho de Parker (1998) e de Willig (1998) na Inglaterra e de Rose (1990) nos EUA, este último, por exemplo, tem mostrado como noções de *ciência* ou de *indivíduo* são socialmente construídas. Esta abordagem também tem sido usada por pesquisadoras feministas como Hollway (1984, 1989), Kitzinger (1987, 1989), Burman (1990) e Ussher (2000). Como o foco desta abordagem reside nas questões de poder, o Construcionismo Social Macro está especialmente interessado em analisar várias formas de desigualdades sociais, tais como o género, a raça e a etnicidade, deficiência ou doença mental, com a perspectiva de transformar a pesquisa e as práticas.

Enquanto a autora Viven Burr (2003) pensa que a visão Macro e Micro não deveriam ser vistas como mutuamente exclusivas, Danzinger (1997) sugere que é precisamente neste ponto que é necessária mais reflexão. A autora Wetherell (1998) também apela a uma síntese das duas versões da Análise do Discurso, argumentando que temos de ter em conta, quer a natureza situada e localizada dos eventos assim como as práticas institucionalizadas e as estruturas sociais dentro das quais esses eventos são construídos.

### *Um debate: realismo versus relativismo*

À primeira vista e analisados os princípios construcionistas sociais, este deveria ser um debate ultrapassado. Enquanto o realismo supõe um mundo externo que existe independente das nossas representações sobre

ele e passível de ser conhecido, o relativismo, pelo contrário, argumenta que, mesmo que essa realidade exista, ela não nos está acessível. As únicas “coisas” às quais temos acesso são as nossas várias representações do mundo e essas não podem ser julgadas para avaliar da “realidade” ou da “exatidão” ou da “verdade”.

Todo o conhecimento deriva do fato de se olhar o mundo de uma ou outra perspectiva e em função de uns interesses em detrimento de outros. E é nesta questão que residem as questões que suscitam o debate. O fato de muitos autores assumirem um relativismo radical sinônimo de “tudo igual”, “tudo o mesmo”, implica de imediato que qualquer posicionamento, envolvimento político ou ação (Willig, 1999a) podem ficar comprometidas e, conseqüentemente, todo o potencial de uma psicologia crítica emancipadora (Parker, 1998). Em face a este dilema alguns autores advogam o assumir de um realismo crítico (Bhaskar, 1986, *cit.* in Parker, 1992), enquanto outros preferem falar de relativismo crítico (Parker, 1998), isto é, criticando o realismo, mas não assumindo um relativismo radical, possibilita-se a construção de alternativas emancipadoras.

Este debate tão atual entre realismo/relativismo parece ser a manifestação de uma dicotomia construída que está a ser possivelmente mais limitativa que interessante (Burr, 1998a). Muitos dos mal entendidos e do conflito desgastante à volta desta dicotomia tem a ver provavelmente com algumas ambigüidades relativas àquilo que se considera a realidade e as suas diferentes dimensões. Uma forma de ultrapassar o problema poderá ser assumir que as coisas são construídas socialmente e ao mesmo tempo “reais” (Brown, Pujol e Curt, 1998). Apesar do aparente simplismo e pragmatismo, perigo maior será o Construcionismo Social e a Análise do Discurso, receosos de reificar determinadas construções sobre outras, acabarem por ficar meros “observadores e comentadores” deixando a ação para outros (Burr, 1998a).

Segundo Willig (1998) a psicologia enquanto disciplina não pode dizer que não age, já que tudo está em constante movimento e a inatividade é, em si mesma, uma forma de ação. Apenas podemos estar a favor ou contra, aceitar ou resistir às posições que os discursos nos oferecem, não nos podemos abster; nessa situação, por defeito, estamos de acordo com o *status quo*, legitimando-o. Esta autora enfatiza o poder da Análise Crítica do Discurso, precisamente pela possibilidade de mostrar que tudo pode ser

diferente. Burr (1998), na mesma linha de Willig, reafirma a responsabilidade de fazer recomendações para a ação, baseada em valores, mas usando de grande reflexividade e crítica. Esta perspectiva será defendida precisamente quando da apresentação destas abordagens para as questões do gênero.

Um posicionamento relativista crítico (apesar da coexistência de algumas divergências entre autores) poderá permitir uma abordagem mais reflexiva na psicologia, mais próxima das pesquisas radicais que pretendem situar os debates críticos no contexto mais amplo das ciências humanas (Parker, 1998).

### *Uma asserção basilar: o anti-essencialismo*

Se o mundo social, incluindo a nós como pessoas, somos o produto dos processos sociais, então não existe nada “dado naturalmente” ou “determinado” quer no mundo quer nas pessoas. Não existem essências dentro das coisas ou das pessoas que as tornem no que são ou responsáveis por aquilo que são. Apesar do behaviorismo inserido na perspectiva de psicologia mais tradicional, possa concordar com tal, a Teoria dos Traços ou a Psicanálise, baseadas na ideia de algum conteúdo pré-determinado dentro das pessoas, é absolutamente antagônica. Daí que esta é uma asserção muito importante e radical. Frequentemente as pessoas pensam que o Construcionismo Social significa que o que nos envolve tem impacto na nossa psicologia ou mesmo que a nossa natureza é um produto de fatores ambientais incluindo sociais e não biológicos (perspectiva da socialização). Ambas estas perspectivas são essencialistas, já que veem as pessoas como tendo alguma natureza passível de definição e de descoberta, seja ela proveniente da biologia ou do meio ambiente. O essencialismo encurrala as pessoas dentro de personalidades e identidades que são limitadas e frequentemente patologizadas, o que por sua vez torna a psicologia uma prática ainda mais opressiva.

## *Abordagem construcionista social/discursiva crítica do gênero<sup>6</sup>*

Segundo Lígia Amâncio (1999) “apesar da já longa existência do conceito de gênero, as ciências sociais têm tido dificuldade em construir um modelo de análise teórico e consistente das relações entre os sexos que corresponda a uma verdadeira descentração epistemológica do dualismo associado ao sexo biológico” (p.2). Podemos questionar-nos como esta situação é possível passados mais de 30 anos desde que as cientistas sociais identificaram o gênero como uma dimensão de análise importante (Howard e Hollander, 1997; Wilkinson, 1997a; 1997b), com toda a produção científica consequente. Esta situação dá origem ao debate atual entre feministas relativamente ao que se pode compreender como verdade ou realidade acerca do gênero (Gergen e Davis, 1997). Frequentemente os estudantes têm dificuldade em aceitar o feminismo e muito menos, uma Psicologia Feminista (Hepburn, 2003). Contudo, ficam perplexos quando confrontados com as desigualdades e discriminações existentes há 20 ou 30 anos. E, provavelmente, daqui a trinta anos, novos estudantes admirar-se-ão com as desigualdades presentes, mesmo no mundo ocidental.

Mas assumindo, como assumimos, desigualdades de gênero na vida de todos os dias e frequentem ente de formas invisíveis, como as podemos estudar? E por que falar de uma Psicologia Feminista?

A psicologia tradicional tem funcionado frequentem ente ao longo dos tempos mais como domínio científico opressivo para as mulheres do que de libertação ou de criação de bem estar. A ausência das mulheres da ciência psicológica, a sua visão como desviantes da norma universal masculina, a construção de teorias que as vitimizam (a teoria do medo do sucesso, por exemplo), o grande aparato das diferenças sexuais, faz com que seja necessário a colocação de delimitação de um domínio que se dedique às desmistificações e à desconstrução das categorias opressivas como o gênero. Isto é, urge desconstruir a feminilidade e a masculinidade como categorias fundamentais (Wilkinson, 1997a; 1997b) que governam a vida social e psicológica, promovendo discursos alternativos.

---

<sup>6</sup> Algumas das ideias fundamentais apresentadas nesta parte do trabalho estão enunciadas no trabalho referenciado como Nogueira (2001b).

A distinção relativa a diferentes posicionamentos feministas nos estudos de gênero proposta por Sandra Harding, em 1986, surge como imprescindível para a compreensão desta ligação das teorias feministas a uma psicologia feminista (Nogueira, 2001a; 2001b). Esta autora descreve três tipos de posturas ou programas feministas: a perspectiva empiricista, a de “*standpoint*” feminista e a perspectiva pós-moderna.

O padrão tradicional, ainda predominante na Psicologia é o padrão empiricista (Gergen e Davis, 1997). Neste tipo de abordagem, as cientistas procuram estudar os acontecimentos, procurando recolher informação de forma objetiva e fiável, apresentando os resultados objetivamente. Apesar das psicólogas feministas nesta perspectiva terem demonstrado que, de todos os trabalhos relacionados com as diferenças sexuais, poucos podem ser considerados válidos já que parecem existir mais semelhanças entre os sexos do que diferenças, elas afirmam que só dentro do paradigma poderão demonstrar o contrário (Eagly, 1994; Halpern, 1994). Nesse sentido, advogam a continuação da *cruzada* empiricista, provando que não há diferenças, onde outros as encontram. Esta perspectiva é cada vez mais questionada, já que colocar as questões em termos de diferenças, mesmo partindo da premissa de que possivelmente não se encontrarão, implica assumir que se acredita que existem dois grupos distintos (homens e mulheres) que podem ser estudados como categorias universais e diferenciadas.

Uma alternativa importante à abordagem empiricista é identificada como uma posição de “*standpoint* feminista”. Esta posição enfatiza o aumento do conhecimento como uma atividade pessoal onde pesquisador e sujeito estão em interação contínua, sendo indissociáveis das suas próprias experiências. Esta abordagem distancia-se da ênfase de procura de objetividade e neutralidade característica da abordagem empiricista (Kitzinger, 1990; Harding, 1986). Centralizam os estudos nas próprias mulheres, produzindo conhecimento que consideram verdadeiramente feminino porque exclusivamente centrado nas experiências particulares (Rose, 1990). Nos Estados Unidos o bem divulgado trabalho de Carol Gilligan é o expoente máximo característico desta posição. No seu livro clássico *In a Different Voice* (1982), a autora enfatiza a capacidade das mulheres de falarem sobre as suas próprias experiências, apresentando uma teoria alternativa do desenvolvimento moral. Muitas psicólogas aderentes

desta perspectiva, ao estudarem as experiências individuais, como uma forma de enriquecer a Psicologia das mulheres, pretendiam indiretamente desafiar a validade tradicional dos métodos científicos. No entanto, ao rejeitarem a negatividade associada aos estereótipos sobre as mulheres, estas cientistas acabaram frequentemente por celebrar a natureza especial das mulheres e, por isso, enfatizar mais do que negar importantes diferenças entre os sexos (Hartsock, 1990).

Antes de se apresentar a terceira abordagem no estudo do gênero que Sandra Harding designa por pós-moderna e que na psicologia é protagonizada pelo Construcionismo Social (Análise do Discurso ou mesmo Psicologia Crítica em função de diferenças *nuances* dentro de mesma postura epistemológica), pareceu-nos importante discutir em primeiro lugar o modo como se pode conceber um feminismo pós-moderno e em segundo lugar, as críticas às duas abordagens anteriores. Estas breves apresentações constituem o pano de fundo para a compreensão da terceira e última abordagem enfatizada neste artigo.

A teoria pós-moderna feminista deve pressupor múltiplas categorias, imbuídas de temporalidade, não-universalistas (Flax, 1990; Fraser e Nicholson, 1990; Haraway, 1990). Os métodos devem ser mais comparativos, atentos às mudanças e aos contrastes, em vez de procurarem leis; devem evitar o conforto metafísico de um único método feminista ou de uma epistemologia feminista. Finalmente, a teoria pós-moderna feminista deve substituir as noções unitárias de mulher e de identidade de gênero feminina, por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social, tratando o gênero como algo relevante e importante entre outras coisas, atendendo também à etnicidade, à idade e à orientação sexual (Haraway, 1990).

A grande vantagem deste tipo de teoria reside na sua utilidade para a prática política feminista contemporânea, já que esta é cada vez mais uma questão de alianças, e não uma unidade à volta da universalidade partilhada de interesses ou identidade. Reconhecer a diversidade das necessidades e experiências das mulheres significa não aceitar soluções únicas e universais. Nenhuma solução para questões como o cuidar das crianças, a segurança social etc., pode ser simples e única, adequada a todas as circunstâncias, já que nem todas as mulheres partilham dos mesmos interesses e enfrentam os mesmos “inimigos”. Neste sentido, pode-se falar

do termo “plural” como prática de feminismo (Fraser e Nicholson, 1990; Kappeli, 1991). Segundo Flax (1990), o feminismo pós-moderno pode contribuir para uma perspectiva pluralista, já que o modelo monolítico de racionalidade, autenticidade e verdade foi sempre baseado numa forma (masculina) de conhecimento.

Como referido atrás, para melhor se compreender o gênero numa perspectiva construcionista social (aquela que se insere na perspectiva pós-moderna apresentada por Sandra Harding) é importante ter presente as críticas fundamentais às duas abordagens anteriores (empiricista e de ‘*standpoint*’ feminista), já que esta se apresenta como radicalmente distinta.

Segundo Bohan (1997) e Howard e Hollander (1997) as duas perspectivas são principalmente essencialistas, isto é concetualizam o gênero como característica permanente e estável nos indivíduos (Nogueira, 2001a; 2001b). O essencialismo não implica necessariamente num determinismo biológico ou numa ênfase do biológico para a explicação das especificidades do gênero (embora historicamente o determinismo biológico tenha sido uma forma de essencialismo referente ao gênero). É o fato de se assumir a existência de qualidades ou características *de e nos* indivíduos e não as suas origens (biológicas ou sociais) que define o essencialismo (Crawford, 1995). Os modelos essencialistas assumem o gênero em termos de atributos internos e persistentes, mas separados das experiências de interação que se vão sucedendo nos contextos diários, sociopolíticos da vida (*idem*, 1995). Como refere Hare-Mustin e Marecek (1990a; 1990d), a reafirmação de qualidades essenciais negligencia a complexidade e o dinamismo do comportamento que se estabelece durante as relações sociais, reificando um jogo de diferenças que estão sempre em mudança, em dualismos estáticos exagerados (*idem*, 1990).

A distinção entre os termos *sexo* e *gênero*, sugerida e desenvolvida durante a segunda vaga do feminismo, foi uma tentativa (significativa) de separar o sexo — biológico, do social o gênero (Amâncio, 1994) e deste modo possibilitar a crítica social (Crawford, 1995). No entanto, a força cultural do essencialismo acabou por manter a distinção, dando lugar à confusão, inconsistência e problemas de terminologia. Isto é, novas diferenças sexuais, virtualmente idênticas às publicadas décadas atrás, começaram e são etiquetadas como diferenças de gênero. Estas novas diferenças são iguais às antigas, mas “vestidas” de outro modo, isto é,

continuam a situar-se dentro dos indivíduos, descontextualizadas socialmente e rapidamente biologizadas. Ironicamente, uma pretensão feminista que visava teorizar a construção social da masculinidade e da feminilidade, é agora a mesma estratégia que a obscurece (idem, 1995).

A própria noção de Psicologia da Mulher é essencialista porque sugere que as mulheres (como grupo unitário) partilham uma psicologia (um conjunto de qualidades, traços e capacidades, inatas ou adquiridas) que, presumivelmente, lhes condiciona o comportamento (Hare-Mustin e Marecek, 1990d). Outra consequência importante é que quando os traços estão localizados nos indivíduos a responsabilidade da mudança fica colocada nas pessoas e não na sociedade (Bohan, 1997).

Na psicologia, a perspectiva construcionista social do gênero pode assumir-se como aquela que se insere nas abordagens pós-modernas assumidas por Sandra Harding. Em contraste com uma perspectiva essencialista, o Construcionismo Social assume o gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações e que governa o acesso ao poder e aos recursos (Crawford, 1995; Denzin, 1995). Não é por isso um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais.

Os processos relacionados com o gênero influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afetam as interações sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais (Crawford, 1995). Como o gênero é uma ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, as distinções de gênero ocorrem disseminadamente na sociedade. O discurso do gênero envolve a construção da masculinidade e da feminilidade como polos opostos e a essencialização das diferenças daí resultantes.

O Construcionismo Social (Gergen, 1982, 1994a), assim como a filosofia de tendência pós-modernista (Flax, 1990) reconhece a contradição como parte fundamental da realidade social e isso é consistente com a argumentação de que categorias importantes como o sexo e o gênero podem funcionar com definições distintas e em simultâneo numa situação particular. Diferentes participantes, ou mesmo e apenas um só indivíduo, podem, no decorrer de uma interação social, afirmar diferentes

perspectivas de gênero, dependendo dos aspectos salientes das categorias no momento (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

Nesta perspectiva, as pessoas desenvolvem os seus sentidos de *self*, nos e através dos discursos disponíveis à sua volta (Burr, 1995; Shotter e Gergen, 1989), como acontece com o discurso do gênero. Sendo o conhecimento aquilo que concordamos ser considerado verdade num determinado contexto de relações sociais, é precisamente nesse processo de acordo que é criada a realidade de determinado fenómeno. O gênero não é um fenómeno que existe dentro dos indivíduos, pronto a ser descoberto e medido pelos cientistas sociais. Pelo contrário, o gênero é um acordo que existe nas interações sociais: é precisamente aquilo que concordamos que seja (Hare-Mustin e Marecek, 1990; Unger, 1990). Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres, acabam por aceitar as distinções de gênero visíveis a nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificados do ponto de vista do gênero, ao assumirem para si próprias, os traços de comportamento *generizados* e papéis normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura (Crawford, 1995). Para além desta internalização de traços, comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação (idem, 1995).

O gênero é deste modo, uma invenção das sociedades humanas, uma “peça de imaginação” com facetas múltiplas: construir adultos (homens e mulheres desde a infância), construir os “arranjos sociais” que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres (divisão das esferas da vida privada/pública, por exemplo) e a criação de significado, em resumo, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Hare-Mustin e Marecek, 1990a).

Através da interação, negociamos interpretações particulares; isto é, criamos significados. Através da linguagem, através da participação nos rituais da interação social, através do nosso envolvimento ativo com os símbolos e as realidades materiais da vida de todos os dias, nós literalmente criamos aquilo que reconhecemos como real. Um mínimo de compreensão das regras partilhadas e das realidades é necessário para sustentar a comunicação humana e a interação e em última instância as sociedades (Howard e Hollander, 1997, p.35).

Conforme os autores referem, o gênero é “performativo”, podendo dizer-se: “fazer” o gênero (2001b).

O gênero nesta perspectiva é o significado que concordamos imputar a determinada classe de transações entre indivíduos e contextos ambientais. Os fatores que definem uma transação particular como feminina ou masculina não são os sexos dos atores, mas sim os parâmetros situacionais nos quais determinada “performance” ocorre. Ninguém pode ser considerado muito, pouco ou nada, feminino ou masculino; em contextos particulares, as pessoas fazem feminino e noutros possivelmente masculino (West e Zimmerman, 1987). Esta perspectiva pode ser compreendida se pensarmos nas investigações que mostram, por exemplo, mulheres em posições de liderança serem consideradas “masculinas” (Nogueira e Amâncio, 1996), ou pais (homens) sozinhos comportarem-se de forma mais “feminina” que pais casados (Risman, 1987). A disjunção entre sexo e gênero evidenciada nestes dois exemplos ilustra como o gênero não é um traço inerente aos indivíduos, mas sim que, qualidades usualmente vistas como relacionadas com o sexo dos atores, são de fato determinadas pelos contextos. Desta maneira o gênero pode ser concebido apenas como o termo dado a um conjunto de interações comportamento-meio envolvente, que concordamos caracterizar para os membros de um sexo.

Assumindo esta perspectiva podemos questionar como certas interações são consideradas femininas ou masculinas. Segundo Lott (1990) a resposta encontra-se nos contextos diferenciais das experiências. A exposição seletiva de homens e mulheres a contextos *generizados* elicitam comportamentos onde o sexo é compatível com o gênero, reforçando desse modo a percepção que o gênero é sexualmente diferenciado e sexualmente definido. Assim, o processo contínuo de fazer gênero, recria a construção desse mesmo gênero. As mulheres são diferentes, por virtude de serem mulheres, mas paradoxalmente isso não é porque sejam mulheres. As exigências dos contextos sociais constituem os primeiros determinantes do comportamento de forma *generizada* (idem, 1990) sendo que este processo torna-se tão familiar que acaba por ser experienciado como uma parte da maneira de ser: as pessoas percebem-se como intrinsecamente *generizadas* porque o gênero inunda completamente as experiências. Esta identificação com a compreensão socialmente construída de gênero guia o comportamento, dirigindo as pessoas a conformar-se com as expectativas

*generizadas* e deste modo a fazer o gênero de uma forma compatível com a sua construção num determinado contexto social. Além disto, a experiência do gênero como um aspecto da identidade interna e como uma qualidade ‘natural’ das pessoas, corrobora à construção social do gênero como um traço intrapsíquico relacionado com o sexo.

Nesta perspectiva o gênero é também e essencialmente uma questão de poder, sendo possível reconhecer o seu papel na construção social desse mesmo gênero, na sua ativação e na sua autossustentação reprodutiva (Hare-Mustin e Marecek, 1990; Kitzinger, 1994).

Conforme referimos no fim do ponto anterior, as abordagens construcionistas sociais e discursivas enfrentam no momento o debate entre a problemática do assumir de posições realistas ou relativistas, sendo que as grandes críticas apontam para a possibilidade da assunção de um relativismo extremo. Esta mesma situação torna-se de extrema importância quando nos referimos à construção social do gênero, já que este traz consigo a possibilidade (ou impossibilidade) de políticas ativistas feministas. Será que assumir a inexistência de categorias universais impossibilita a defesa da igualdade entre “mulheres” e “homens”? Como defender o feminismo em face a uma pluralidade de identidades?

Tentando refletir sobre esta problemática relativamente ao gênero, Gill (1995) oferece uma alternativa que nos parece ser, de momento, a mais útil aos propósitos de uma psicologia que não se quer convencional nem empiricista e de um feminismo que se pretende emancipatório. Como refere, os cépticos acabaram por reinstalar, paradoxalmente, em vez de desafiar, a noção de pesquisa livre de valores ou neutra, já que uma pesquisa desinteressada (ideal regulador dos relativistas) não parece ser muito distinta dos ideais dos pesquisadores positivistas. Uma posição relativista radical é extremamente problemática para as feministas e para todos aqueles interessados na transformação social, essencialmente porque nega os compromissos políticos na pesquisa (Nogueira, 2001 d). No entanto, a solução não passa por renegar o relativismo e abraçar novamente o realismo, acreditando que é possível obter conhecimento “correto” acerca do mundo social; deve-se evitar que as escolhas recaiam numa polarização entre relativismo e realismo. Segundo a autora é possível levar a cabo uma pesquisa “não neutra” que represente uma espécie de princípio fundador das perspectivas construcionistas e discursivas, uma espécie de relativismo

sem vergonha de ser político, através do qual as feministas possam fazer das transformações sociais as preocupações explícitas do seu trabalho. Para isso será necessário reinventar um novo vocabulário de valores, com o qual se possam fazer intervenções políticas e sem o qual as feministas ficarão teórica e politicamente paralisadas perante as desigualdades, a injustiça e a opressão.

Para o estabelecimento de uma posição de princípio que represente um novo vocabulário de valores, é necessário por um lado, ter uma atitude relativamente cínica face ao abandono das “meta-narrativas emancipatórias” (como é sugerido pelo movimento pós-modernista em geral e por Lyotard em particular) isto é, evitar cair no impasse que isso acarretaria. A solução parece estar numa articulação entre as ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas e um projeto político emancipatório, que envolva construir uma posição, partindo das vantagens de ambos os projetos. Para isso, Gill (1995) propõe a reflexividade, como uma posição que o(a) analista deve adotar relativamente às suas posições e interpretações, que por sua vez devem ser explícitas, reconhecidas e reveladas, sendo desta forma o(a) responsável claro pelas suas análises. Com esta proposta pretende-se criticar a aparente reflexividade dos(as) relativistas que, não colocando a perspectiva de valor, a qualidade e possibilidade de qualquer interpretação, acabam por proteger os seus argumentos do criticismo (Nogueira, 2001d). Embora esta forma possa ser adequada por exemplo na literatura, nas ciências sociais essa posição pode ser perigosa, dando crédito a qualquer posição social e qualquer ideologia.

Em síntese, o que é necessário é uma espécie de relativismo ou cepticismo epistemológico que não evite ou faça desaparecer a questão dos valores. Os valores devem ser explicitados e colocados numa arena onde possam ser discutidos, o que implica que haja um repensar da noção de reflexividade. As perspectivas construcionistas sociais e discursivas devem adotar uma reflexibilidade que enfatize a necessidade do(a) analista reconhecer os seus próprios compromissos e de refletir criticamente sobre eles. Procurando explicar e justificar a base para as suas leituras ou análises, a Análise do Discurso torna-se responsável pelas suas interpretações e pelas suas consequências sociais e políticas (Gill, 1995).

Parece-nos que Parker (1992) faz uma leitura interessante desta problemática, quando assume relativamente à Análise do Discurso que o fato desta ter se associado ao “quebrar” das ideias acerca da psicologia

moderna implicou tornar-se ao mesmo tempo uma análise problemática, mas igualmente curiosa, útil, perigosa, libertadora e radical.

Do mesmo modo, uma política de articulação feminista implica traçar ou delinear as dinâmicas do poder de diferentes discursos de feminilidade, de investigar as maneiras como a comunidade das mulheres tem sido construída em diferentes contextos, de questionar abertamente a formulação de discursos dominantes sobre as mulheres e evidenciar as alternativas até aí subordinadas (Wetherell, 1995).

No entanto, é vital trabalhar com a ambiguidade e com a ambivalência, reconhecendo que a feminilidade é uma categoria negociável, que toma uma forma particular de identidade dentro de discursos contrastantes e num determinado contexto histórico e cultural. Ao aceitar que não existe “algo” a ser descoberto, a feminilidade deve ser encarada como um método de descrição, não um atributo psicológico. Envolve viver com o conhecimento desconfortável (para alguns), de que os discursos têm múltiplos usos e significados (Potter e Wetherell, 1987), viver com o fato de que nada é simples nem existe um significado inerente, tudo é ambíguo.

A psicologia, como o feminismo, não é unitária, mas representa uma variedade de pontos de vista, métodos e áreas de estudo (Phoenix, 1990). A pesquisa conduzida pelas feministas tem muito a dar à disciplina da psicologia, apesar de não existir uma metodologia feminista que todas as feministas subscrevam. As feministas são distintas e têm diferentes perspectivas do feminismo. Esta diversidade afeta a pesquisa que elas escolhem fazer e os métodos que usam, existindo, no entanto, grandes temas com os quais as feministas parecem concordar (Phoenix, 1990; Wilkinson, 1986) e que normalmente implicam uma avaliação crítica do processo de pesquisa em si mesmo.

Pensamos como Kitzinger (1990) que assume que ser feminista significa ser responsável em face de outras feministas pela psicologia que faz e, como psicóloga, ser responsável face à psicologia pelo seu feminismo. Identificando-se com os dois grupos, pretende oferecer algo de positivo a cada um. Ao feminismo oferecer as análises acerca dos perigos da psicologização que invade o movimento feminista, os criticismos e os conhecimentos (por dentro) de uma disciplina; à psicologia, oferecer as

análises acerca do papel da retórica dentro das ciências sociais, o assumir de uma perspectiva construcionista crítica como uma alternativa às abordagens positivistas-empiricistas e o conhecimento (por dentro) do feminismo. Apesar de considerar a etiqueta de psicologia feminista como uma contradição nos termos (no sentido de uma ciência neutra e objetiva) ela considera-se “apaixonada” pelo comprometimento quer com o feminismo quer com a psicologia e, a excitação intelectual e o impacto prático da pesquisa, acabam por se situar no espaço criado pela própria contradição.

### Conclusão

O nosso posicionamento situa-se claramente no contexto conceptual e de pesquisa metodológica crítica, na psicologia e nos estudos de gênero em particular. Nesta perspectiva, questionam-se os fatos apresentados pela disciplina como dados adquiridos e evidentes, assumindo-os como construídos dentro de narrativas especificamente culturais, regimes de verdade, padrões de poder ou formas de ideologia. Apesar de poder haver algum desacordo quanto aos melhores termos a usar e alguma ambiguidade quanto àquilo que uns referem como narrativas e outros como ideologia, os debates têm em si mesmos potencial suficiente para encetar a crítica à reificação (o risco do realismo), à neutralidade relativa aos valores (o risco do relativismo) na psicologia tradicional.

Todos os que partilham de uma forma geral destas abordagens compreendem como a psicologia reproduz, por exemplo, as noções de individualidade e de natureza humana, procurando desconstruir esses discursos e transformá-los, isto é, construir socialmente algo diferente e libertador. Temos a responsabilidade social de proclamar o conhecimento que queremos produzir: de um tipo não opressivo nem regulador, logo que se afaste dos mecanismos de dominação societais (Ibañez, 1996) e que promova a resistência das pessoas contra a dominação. Deve-se promover uma mudança radical; mas, para fazer da Psicologia uma prática libertadora é necessário começar a construí-la em oposição aos pressupostos que fazem dela uma arma de dominação.

Seguindo a sugestão de Potter (2000) parece importante que seja o que for que o novo século implique, a psicologia deve começar por estudar o que as pessoas fazem, isto é, deve-se pesquisar as práticas localizadas das

pessoas humanas (Nogueira, 2001 b). Situando-nos numa perspectiva de Psicologia Feminista, concordamos com o autor quando assume que o excitante nestas perspectivas é perceber que, apesar da quantidade de pesquisa psicológica já produzida, virtualmente todo o trabalho está ainda por fazer...

### Referências

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino*. A construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (1999). *Sexo e Gênero: para uma teoria psicossociológica da relação de dominação entre os sexos*. Lição de síntese para efeitos de provas de Agregação. Lisboa: Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An integrated introduction*. London: Sage.
- Bohan, J. (1997). Regarding gender. Essentialism, constructionism and feminist psychology. In G. Mary & S. Davis (Eds.). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Brown, S., Pujol, J. & Curto B. (1998). As one in a Web? Discourse, materiality and the place of ethics. In I. Parker (Ed). *Social constructionism, discourse and realism* (pp.75-90). London: Sage Publications.
- Burman, E. (1990). Differing with deconstruction: a feminist critique. In L Parker & J. Shotter (Eds.). *Deconstructing social psychology*. London: Routledge.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Burr, V. (1998b). Overview: realism, relativism, social constructionism and discourse. In I. Parker (Ed). *Social constructionism, discourse and realism* (pp.13-27). London: Sage Publications.
- Burr, V. (1998a). *Gender and social psychology*. London: Routledge.
- Burr, V. (2003). *Social constructionism*. London: Routledge.

- Crawford, M. (1995). *Talking difference. On gender and language*. London: Sage.
- Danziger (1997). The varieties of social construction. *Theory and psychology*, 7.3, 399-416.
- Denzin, N. K. (1995). Symbolic Interactionism. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.). *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Eagly, A. H. (1994). On comparing women and men. *Feminism and Psychology*, 4, 4, 513-522.
- Farr, R. (1989). The social and collective nature of representations. In J. Forgas & J. M. Innes (Eds.). *Recent advances in social psychology: an international perspective* (pp.157-166). North Holland: Elsevier.
- Fidalgo, Lurdes (2000). *(Re)Construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. Tese de Doutorado. ISBAS. Universidade do Porto.
- Flax, J. (1990). *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and postmodernism in the contemporary west*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock.
- Foucault, M. (1979). *The history of sexuality*. London: Allen Lane.
- Fraser, N. & Nicholson, N. (1990). Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. In L. Nicholson (Ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge.
- Gergen, K. J. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1992). *Lo yo saturado*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships. Soundings in Social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1994a). Exploring the pos-modern. Perils or potentials? *American Psychologist*, 49, 5, 412-416.
- Gergen, M. & Davis, S. (1997). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Gill, R. (1995). Relativism, reflexivity and politics: interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice. Psychological theory and women's development*. Harvard: Harvard University Press.
- Halpern, D. F. (1994). Stereotypes, science, censorship and the study of sex differences. *Feminism and Psychology*, 4, 4, 523-530.
- Haraway, D. (1990). A manifesto for Cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980. In L.J. Nicholson (Ed.). *Feminism/postmodernism*. London: Routledge.
- Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hare-Mustin, R. & Marecek, J. (1990a). *Making difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin, R. & Marecek, J. (1990b). Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.). *Making difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Harré, R. & Gillet, G. (1994). *The discursive mind*. London: Sage.
- Harré, R. (1995). Discursive psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.). *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Hartsock, N. (1990). Foucault on Power: a theory for women? In L. Nicholson (Ed.). *Feminism/postmodernism*. New York: Routledge.
- Hepburn, Alexa (2003). *An introduction to critical social psychology*. London: Sage Publications.
- Hoffman, L. (1992). Una postura reflexiva para la terapia familiar. In S. McNamee & K.J. Gergen (Eds.). *La terapia como construcción social* (pp.25-44). Barcelona: Paidós.

- Hollway, W. (1984). Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.). *Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity*. London: Sage.
- Hollway, W. (1989). *Subjectivity and method in psychology: gender, meaning and science*. London: Sage.
- Howard, J. & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves*. London: Sage Publications.
- Ibanez, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, 4, 363-381.
- Ibanez, T. (1996). Construcionismo social. In *Psicologia, discursos e poder*. Barcelona: Paidós.
- Jesuíno, J. C. (1993). A psicologia social europeia. In: Jorge Vale & M. B. Monteiro (Eds.). *A Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kappeli, A. M. (1991). Cenas feministas. In G. Duby & M. Perrot (Eds.). *História das mulheres* (v. 4). Porto: Edições Afrontamento.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1989). The regulation of lesbian identities: liberal humanism as an ideology of social control. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.). *Texts of identity*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1990). The rhetoric of pseudoscience. In I. Parker & J. Shotter (Eds.). *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Kitzinger, C. (1994). Sex differences: feminist perspectives. *Feminism and Psychology*, 4, 4, 501-506.
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. *Revista de Psicologia Social Aplicada*, 5, 1/2, 165-184.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior: the challenge to feminist psychology. In R. T. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.). *Making a difference: psychology and the construction of gender* (pp.65-101). New Haven, CT: Yale University Press.
- Liotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Viseu: Gradiva.
- Nicolson, P. (1995). Feminism and Psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.). *Rethinking psychology*. London: Sage.
- Nogueira, C. & Amâncio, L. (1996). Gender and management. Stereotypes and attributions for a successful career. *Psicologia*, XI, 1, 79-88.
- Nogueira, C. (1997). *Um novo olhar sobre as relações sociais de Gênero. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Braga.
- Nogueira, C. (2001a) Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-154.
- Nogueira, C. (2001b). Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia*, XV, 1. 43-65.
- Nogueira, C. (2001c). Feminismo e discurso do gênero na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 13, 1. 107-128.
- Nogueira, C. (2001d). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parker, I. (1992). *Discourse dynamics: critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, I. (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications.
- Pepitone, A. (1981). Lessons from the history of social psychology. *American Psychologist*, 36,9, 972-985.
- Phoenix, A. (1990). Social research in the context of feminist psychology. In E. Burman (Eds.). *Feminists and psychological practice* (pp.89-103). London: Sage Publications.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications.

- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Mapping the language of racism. Discourse and legitimation of exploitation*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Potter, J. (2000). Post-cognitive psychology. *Theory & Psychology*, 1, 10, 31-38.
- Riger, S. (1992). Epistemological debates, feminist voices: science, social values, and the study of women. *American Psychologist*, 47, 6, 730-740.
- Risman, B. J. (1987). Intimate relationships from a microstructural perspective: men who mother. *Gender and Society*, 1, 6-32.
- Rose, N. (1990). Psychology as a "social" science. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing social psychology*. London: Routledge.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, inroads and intrusions*. New Jersey: Princeton University Press.
- Shotter, J. & Gergen, K. J. (1989). *Texts of identity*. London: Sage.
- Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. London: Sage.
- Shotter, J. (1995). Dialogical psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking psychology*. London: Sage.
- Smart, B. (1993). *A pós-modernidade*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Soczka, L. (1993). Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In J. Vale & M. B. Monteiro (Eds.), *A Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez Editora.
- Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Ussher, J. (2000). Women's madness. In D. Fee (Ed.), *Pathology and the postmodern*. London: Sage.
- West, C. & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1, 125-151.
- Wetherell, M. (1995). Romantic Discourse and feminist analysis: interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wetherell, M. (1998). Positioning and interpretative repertoires: conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse and Society*, 9, 3, 387-413.
- Wetherell, M. Taylor, S. & Yates, J. S. (2001). *Discourse theory and practice*. London: Sage.
- Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1986). Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In S. Wilkinson (Ed.), *Feminist Social Psychology: developing theory and practice*. Milton Keynes: Open University Press.
- Wilkinson S. (1997). Feminist Psychology. In D. Fox & L. Prilleltensky (Eds.), *Critical psychology. An introduction*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1997). Prioritizing the political: feminist psychology. In T. Ibanez & L. Iñiguez (Eds.), *Critical social psychology* (pp.179-185). London: Sage.
- Willig, C. (1998). Social constructionism and revolutionary socialism: a contradiction in terms? In L. Parker (Ed.), *Social constructionism. discourse and realism* (pp.91-104). London: Sage.
- Wood, L. A. & Kroeger, R. O. (2000). *Doing Discourse Analysis: Methods for Studying Action in talk and text*. London: Sage.